



MPMA
CAO - Júri

Desenvolvimento de ferramenta IA

CAOJÚRI





MPMA
CAO - Júri

Propostas

jurIA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondiA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida



MPMA
CAO - Júri

Propostas

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondIA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida

jurlA

**Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI**

O que é?

Um assistente jurídico virtual, solução desenvolvida com inteligência artificial, que responderia automaticamente às perguntas feitas ao CAOJÚRI, com respeito a temática do Tribunal do Júri. Esse assistente seria capaz de encontrar perguntas similares com as que já foram feitas e fornecer respostas adequadas a membros e servidores do MPMA



MPMA
CAO - Júri

Propostas

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondiA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida

jurlA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Contextualizando o problema

Diariamente membros e servidores solicitam **consultas** ao CAOJÚRI sobre casos e situações relativas a crimes contra a vida e sobre o Tribunal do Júri.

Algumas vezes solicitam **jurisprudências** e **materiais de apoio** elaborados pelo CAOJÚRI, para que possam serem utilizados nas sessões do Tribunal do Júri.

Propostas

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondIA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida

jurlA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Base de dados I

O CAOJÚRI, a partir de fevereiro de 2024, começou a catalogar as consultas formuladas por membros e servidores a fim de construir uma base de dados que possa ser utilizada pela ferramenta de IA.


Consultas



Base de Dados de Consultas - CAOJÚRI

Consultas | Por forma de consulta | Lista | Calendário

CABEÇALHO	SIMP	Promotor(a) de Justiça	Promotoria de Justiça	DATA DE CONSULTA	FORMA DE CONL.	A
006634-500/2024	006634-500/2024	Samara Cristina Mesquita Pinheiro Caldas	2ªPJ de Araçoiás	14 de fevereiro de 2024 10:00 → 20 de fevereiro de 2024 14:00	Whatsapp	Qual denú Qual agran art.4
006634-500/2024	006634-500/2024	Samara Cristina Mesquita Pinheiro Caldas	2ªPJ de Araçoiás	14 de fevereiro de 2024 10:00 → 20 de fevereiro de 2024 14:00	Whatsapp	Qual denú Qual agran art.4
006634-500/2024	006634-500/2024	Samara Cristina Mesquita Pinheiro Caldas	2ªPJ de Araçoiás	14 de fevereiro de 2024 10:00 → 20 de fevereiro de 2024 14:00	Whatsapp	Qual denú Qual agran art.4



009838-500/2024

SIMP	009838-500/2024
Promotor(a) de Justiça	Wesley Pereira de Moraes
Promotoria de Justiça	2ªPJ de Codo
DATA DE CONSULTA	@5 de março de 2024 09:56 → 10:39
FORMA DE CONSULTA	Telefone
ASSUNTO PRINCIPAL	Pedido de Reparação de danos na denúncia e Nota Técnica do CAOJÚRI
TAG	Dano Denúncia Reparação
CONSULTA FORMULADA	Se é necessário quantificar o pedido de reparação de danos na denúncia, bem como se haveria necessidade de aditar a denúncia caso o pedido não tenha sido formulado.
Criado por	Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
RESPOSTA	Foi informado que foi expedida uma Nota Técnica sobre o tema pelo CAOJÚRI (NTC-CAOJÚRI - 12024) e encaminhada no dia 05/03/2024 para o e-mail institucional dos membros do MPMA, bem como que, caso o pedido não tenha sido formulado quando do oferecimento da denúncia, haveria necessidade de aditamento quanto a esta parte.

Propostas

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondIA

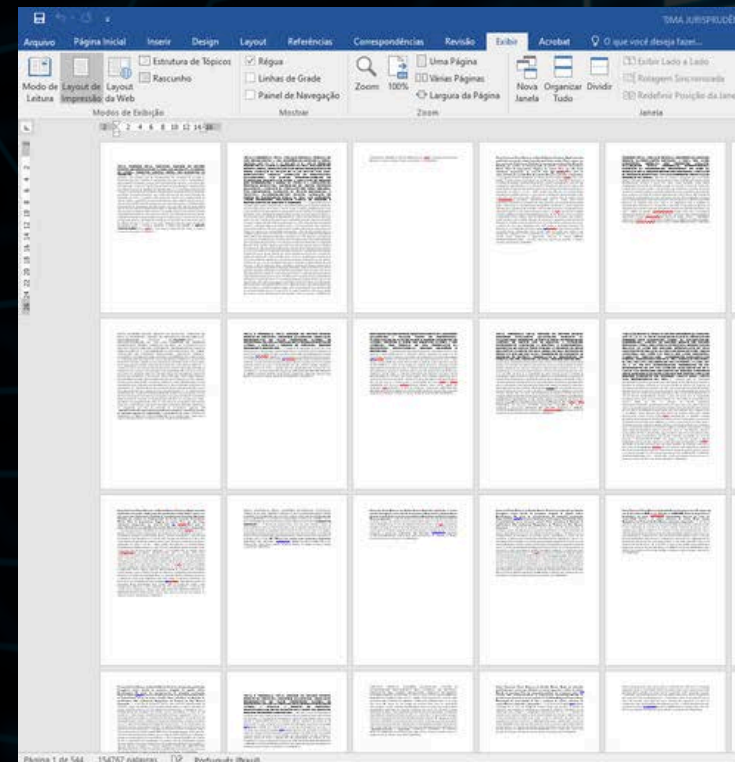
Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida

jurIA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Base de dados II

O CAOJÚRI, desde 2023, realiza o levantamento de jurisprudências dos tribunais nacionais e do TJMA.



PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. CRIMES CONTRA A VIDA. HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA (ART. 121, § 2º, I e IV, CC ART. 14, II e ART. 29, TODOS DO CÓDIGO PENAL), AJUSTE NA DOSIMETRIA DA PENA, CULPABILIDADE, CONDUTA SOCIAL, CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME, CONSEQUÊNCIAS DO CRIME, APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/3 (UM OITAVO) PARA CADA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL, ALTERAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIA QUALIFICADORA, NÃO CABIVEL DISCRICIONARIEDADE DO MAGISTRADO, COMPENSAÇÃO ENTRE A AGRAVANTE DO RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA E A ATENUANTE DA CONFESSÃO ESPONTÂNEA, MENORIDADE DO AGENTE, CONFESSÃO QUALIFICADA, APLICAÇÃO DA ATENUANTE COM FORÇA REDUZIDA, NÃO ACOGLHIMENTO, ALTERAÇÃO DA FRAÇÃO RELACIONADA À TENTATIVA, PLAUSIBILIDADE, ITER CRIMINIS, ALTERAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO INICIAL DA PENA, NÃO CABIMENTO, APELOS CONHECIDOS, PROVIMENTO PARCIAL DO PRIMEIRO E DESPROVIMENTO DO SEGUNDO E TERCEIRO. 1. A culpabilidade deve ser valorada negativamente, considerando a intensidade do dolo, pois os apelantes efetuaram diversos disparos para tentar ceifar a vida da vítima, e a notória premeditação do crime, já que a dinâmica com que se desenrolou os fatos permite concluir que houve um planejamento da conduta, com a finalidade de demarcação de território para uma facção criminosa. 2. As provas dos autos, sobretudo os depoimentos da vítima e das testemunhas, dão conta que os réus não são vistos de forma negativa pela comunidade, pois são integrantes de facção criminosa e agem impondo medo nas pessoas que ali vivem, razão pela qual entendido por razoável a valoração negativa da conduta social. 3. No caso concreto, não vislumbro a presença de elementos concretos, como exames e laudos produzidos por profissionais de saúde, para mensurar as personalidades dos apelantes, pelo que não entendo cabível a incidência negativa dessa circunstância. 4. Tendo em vista que o delito foi cometido em local público, tipicamente movimentado e habitado, com vários disparos, na presença de outras pessoas, entendido devida a utilização das circunstâncias do crime como fundamento para a majoração da pena base. 5. Os disparos ocasionaram lesões contra a integridade física da vítima, que foi atingida na perna e teve os seus movimentos corporais limitados por conta disso, pelo que as consequências do crime devem ser valoradas negativamente. 6. Acerca da fração de exasperação aplicada, destaca-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que inexistiu um critério matemático correto para a escolha das frações de aumento dos vetores contidos no art. 59 do CP, de modo que se garante certa discricionariedade ao julgador para a fixação da pena-base, sendo possível a ele modular dentro de seu livre convencimento motivado e consoante as peculiaridades do caso concreto. 7. Não há razão para alterar o parâmetro utilizado em sentença quando não se vislumbra manifesta ilegalidade ou desproporcionalidade, sendo o caso dos autos, motivo pelo qual mantendo inalteradas as escolhas da qualificadora "motivo torpe" e do recurso que impossibilitou a defesa da vítima como agravante. 8. A confissão qualificada merece a aplicação da atenuante prevista no art. 65, III, d, do CP, em observância ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça. 9. O arcabouço probatório permite concluir que os réus perpetraram quase todo o iter criminoso, executando os atos necessários ao cometimento efetivo do delito, com potencial para causar a morte da vítima, o que não aconteceu por motivos alheios à vontade dos agentes. Logo, cabível a aplicação da causa de diminuição na sua menor fração, ou seja, 1/3 (um terço). 10. Apelos conhecidos. Parcial provimento do primeiro recurso. Desprovimento do segundo e terceiro recursos. (APELAÇÃO



MPMA
CAO - Júri

Propostas

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondIA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida

jurlA

**Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI**

Vantagens percebidas

- O fluxo pode ser replicado para outras áreas de atuação;
- Ganho de tempo para os órgãos de execução - 24/7;
- Eliminação do retrabalho do CAO em responder o mesmo questionamento;

Propostas

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondIA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida

jurIA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Protótipo

Atividades Google Chrome 25 de nov. 12:58

NeuroVox Google Chrome: o navegador JurIA - Streamlit localhost:8501 Reiniciar para atualizar

JurIA

Assistente virtual jurídica do CAOJÚRI

☐ Informação sobre JurIA

☒ JurIA

 **MPMA** CAO - Júri 

Formule sua consulta à Juria!

Me indique materiais sobre os colóquios institucionais

Enviar

Atividades Google Chrome 25 de nov. 12:59

NeuroVox Google Chrome: o navegador JurIA - Streamlit localhost:8501 Reiniciar para atualizar

JurIA

Assistente virtual jurídica do CAOJÚRI

☐ Informação sobre JurIA

☒ JurIA

Me indique materiais sobre os colóquios institucionais

Enviar

Olá! Agradeço pela sua consulta. Sobre os materiais relacionados aos colóquios institucionais, o CAOJÚRI já encaminhou os materiais produzidos sobre os Colóquios Interinstitucionais do Ministério Público e Polícia, que estão disponíveis no banco de peças.

Os materiais incluem:

- Acesso do Celular sem mandado judicial: [Link do Google Drive](#)
- Busca Domiciliar: [Link do Google Drive](#)
- Reconhecimento Pessoal: [Link do Google Drive](#)
- Busca Pessoal e Domiciliar: [Link do Google Drive](#)

Esses materiais estão hospedados no Banco de Peças do CAOJÚRI/MPMA e devem ser acessados a partir do login institucional. Se precisar de mais alguma informação, estou à disposição!

Propostas

jurlA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Atividades Google Chrome 25 de nov 12:58

NeuroVox Google Chrome: o naveg... jurlA - Streamlit

localhost:8501 Reiniciar para atualizar


RUNNING... Stop

JurIA

Assistente virtual jurídica do CAOJÚRI

☐ Informação sobre JurIA

☒ JurIA

 **MPMA** CAO - Júri  **CAO JÚRI**

Formule sua consulta à Juria!

Me indique materiais sobre os colóquios institucionais

Enviar



MPMA
CAO - Júri

Propostas

jurlA

**Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI**

Atividades Google Chrome 25 de nov 12:59

NeuroVox Google Chrome: o naveg jurlA - Streamlit

localhost:8501 Reiniciar para atualizar

JurlA

Assistente virtual jurídica do CAOJÚRI

☐ Informação sobre JurlA

☒ JurlA

Me indique materiais sobre os colóquios institucionais

Enviar

Olá! Agradeço pela sua consulta. Sobre os materiais relacionados aos colóquios institucionais, o CAOJÚRI já encaminhou os materiais produzidos sobre os Colóquios Interinstitucionais do Ministério Público e Polícias, que estão disponíveis no banco de peças.

Os materiais incluem:

- Acesso do Celular sem mandado judicial: [Link do Google Drive](#)
- Busca Domiciliar: [Link do Google Drive](#)
- Reconhecimento Pessoal: [Link do Google Drive](#)
- Busca Pessoal e Domiciliar: [Link do Google Drive](#)

Esses materiais estão hospedados no Banco de Peças do CAOJÚRI/MPMA e devem ser acessados a partir do login institucional. Se precisar de mais alguma informação, estou à disposição!

Propostas

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondIA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida

jurIA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Protótipo

Atividades Google Chrome 25 de nov. 12:58

NeuroVox Google Chrome: o navegador JurIA - Streamlit localhost:8501 Reiniciar para atualizar

JurIA

Assistente virtual jurídica do CAOJÚRI

☐ Informação sobre JurIA

☒ JurIA

 **MPMA**  CAO - Júri

Formule sua consulta à Juria!

Me indique materiais sobre os colóquios institucionais

Enviar

Atividades Google Chrome 25 de nov. 12:59

NeuroVox Google Chrome: o navegador JurIA - Streamlit localhost:8501 Reiniciar para atualizar

JurIA

Assistente virtual jurídica do CAOJÚRI

☐ Informação sobre JurIA

☒ JurIA

Me indique materiais sobre os colóquios institucionais

Enviar

Olá! Agradeço pela sua consulta. Sobre os materiais relacionados aos colóquios institucionais, o CAOJÚRI já encaminhou os materiais produzidos sobre os Colóquios Interinstitucionais do Ministério Público e Polícia, que estão disponíveis no banco de peças.

Os materiais incluem:

- Acesso do Celular sem mandado judicial: [Link do Google Drive](#)
- Busca Domiciliar: [Link do Google Drive](#)
- Reconhecimento Pessoal: [Link do Google Drive](#)
- Busca Pessoal e Domiciliar: [Link do Google Drive](#)

Esses materiais estão hospedados no Banco de Peças do CAOJÚRI/MPMA e devem ser acessados a partir do login institucional. Se precisar de mais alguma informação, estou à disposição!

Propostas

Chatbot

O MPMA e os direitos do cidadão

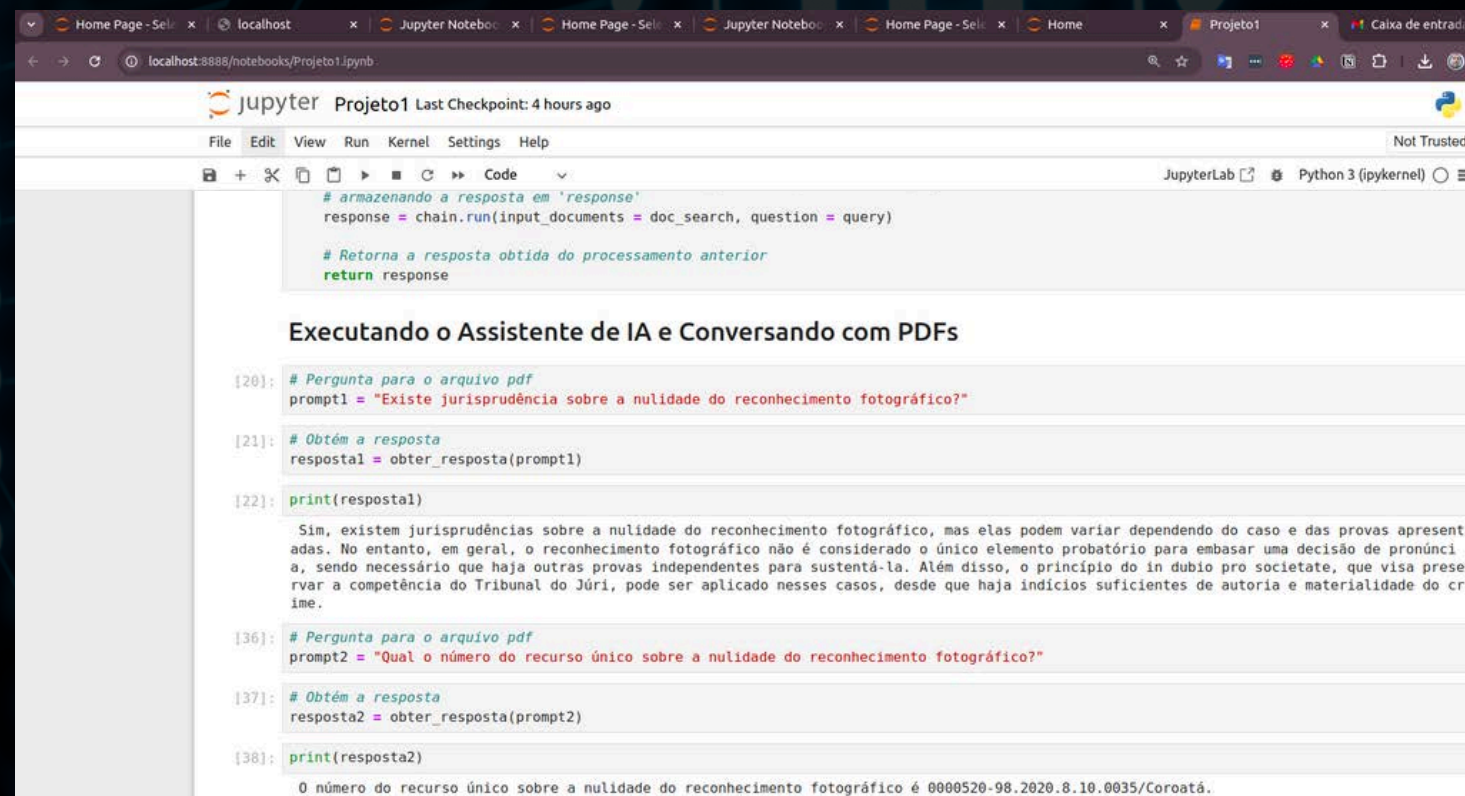
CondIA

Modelo de análise preditiva de processos de crimes contra a vida

jurlA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Protótipo



```
File Edit View Run Kernel Settings Help
JupyterLab Python 3 (ipykernel)
[20]: # armazenando a resposta em 'response'
      response = chain.run(input_documents = doc_search, question = query)

      # Retorna a resposta obtida do processamento anterior
      return response

Executando o Assistente de IA e Conversando com PDFs

[20]: # Pergunta para o arquivo pdf
      prompt1 = "Existe jurisprudência sobre a nulidade do reconhecimento fotográfico?"

[21]: # Obtém a resposta
      resposta1 = obter_resposta(prompt1)

[22]: print(resposta1)

Sim, existem jurisprudências sobre a nulidade do reconhecimento fotográfico, mas elas podem variar dependendo do caso e das provas apresentadas. No entanto, em geral, o reconhecimento fotográfico não é considerado o único elemento probatório para embasar uma decisão de pronúncia, sendo necessário que haja outras provas independentes para sustentá-la. Além disso, o princípio do in dubio pro societate, que visa preservar a competência do Tribunal do Júri, pode ser aplicado nesses casos, desde que haja indícios suficientes de autoria e materialidade do crime.

[36]: # Pergunta para o arquivo pdf
      prompt2 = "Qual o número do recurso único sobre a nulidade do reconhecimento fotográfico?"

[37]: # Obtém a resposta
      resposta2 = obter_resposta(prompt2)

[38]: print(resposta2)

O número do recurso único sobre a nulidade do reconhecimento fotográfico é 0000520-98.2020.8.10.0035/Coroatá.
```


Propostas

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

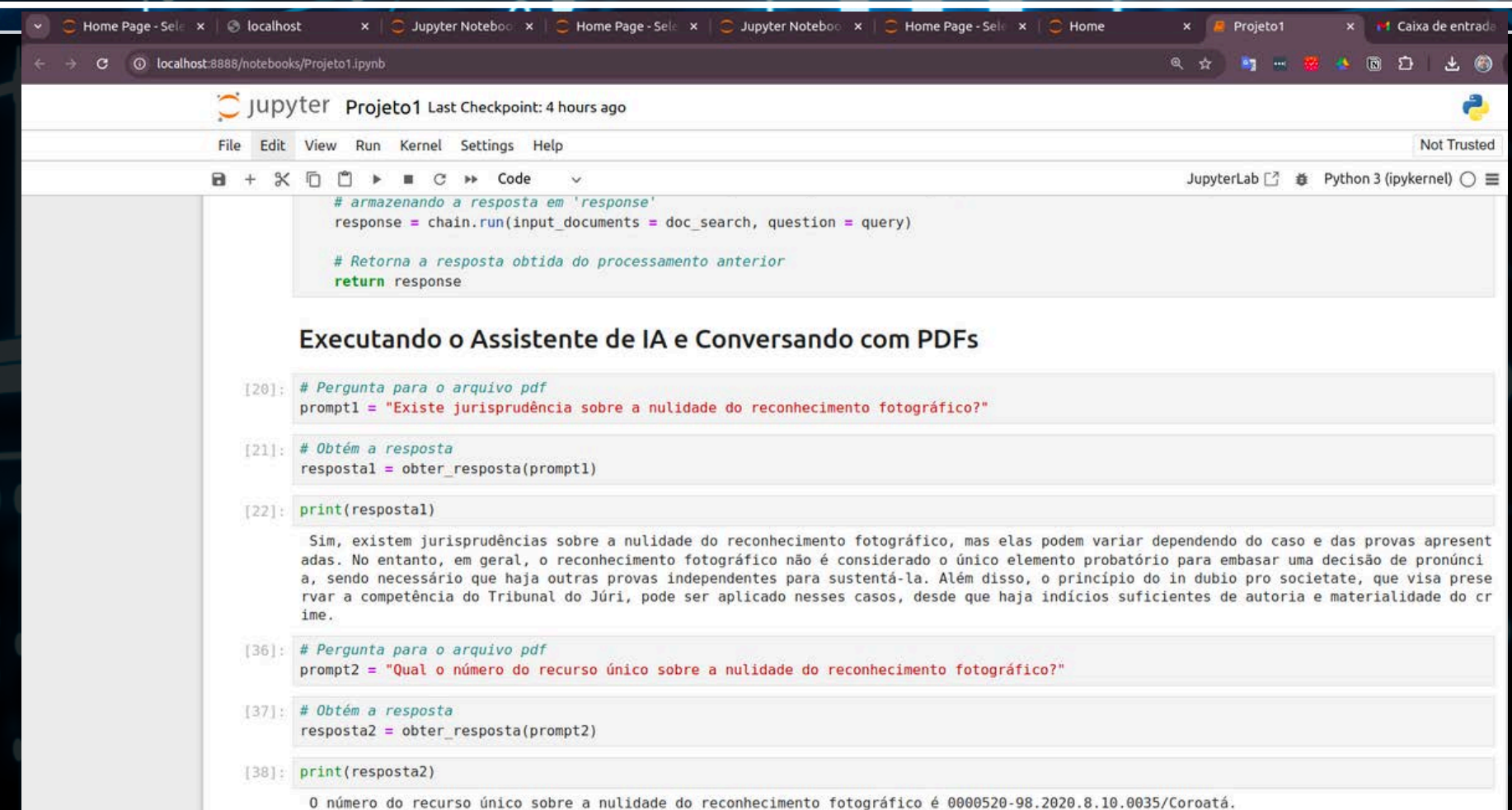
CondIA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida

jurlA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Protótipo



```
# armazenando a resposta em 'response'
response = chain.run(input_documents = doc_search, question = query)

# Retorna a resposta obtida do processamento anterior
return response
```

Executando o Assistente de IA e Conversando com PDFs

```
[20]: # Pergunta para o arquivo pdf
prompt1 = "Existe jurisprudência sobre a nulidade do reconhecimento fotográfico?"

[21]: # Obtém a resposta
respostal = obter_resposta(prompt1)

[22]: print(respostal)

Sim, existem jurisprudências sobre a nulidade do reconhecimento fotográfico, mas elas podem variar dependendo do caso e das provas apresentadas. No entanto, em geral, o reconhecimento fotográfico não é considerado o único elemento probatório para embasar uma decisão de pronúncia, sendo necessário que haja outras provas independentes para sustentá-la. Além disso, o princípio do in dubio pro societate, que visa preservar a competência do Tribunal do Júri, pode ser aplicado nesses casos, desde que haja indícios suficientes de autoria e materialidade do crime.
```

```
[36]: # Pergunta para o arquivo pdf
prompt2 = "Qual o número do recurso único sobre a nulidade do reconhecimento fotográfico?"

[37]: # Obtém a resposta
resposta2 = obter_resposta(prompt2)

[38]: print(resposta2)

O número do recurso único sobre a nulidade do reconhecimento fotográfico é 0000520-98.2020.8.10.0035/Coroatá.
```




MPMA
CAO - Júri

Propostas

jurIA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondiA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida



MPMA
CAO - Júri

Propostas

jurIA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

CondIA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida

Chatbot

**O MPMA e os
direitos do
cidadão**

Contextualizando o problema

- Diariamente membros e servidores dos órgãos de execução (ou mesmo de funções auxiliares) são consultados sobre os direitos que os cidadãos possuem;
- Algumas vezes são questionamentos “simples”;



MPMA
CAO - Júri

Propostas

jurlA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

CondIA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida

Chatbot

**O MPMA e os
direitos do
cidadão**

O que é?

- Um chatbot que atuaria como um membro ou servidor para responder a dúvidas frequentes da população;
- As dúvidas se concentrariam nos questionamentos mais comuns que chegam nas promotorias de justiça;
- Passo a passo;



MPMA
CAO - Júri

Propostas

jurIA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

CondIA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

Base de dados

A ser criada...



MPMA
CAO - Júri

Propostas

jurIA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

CondIA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida

Chatbot

**O MPMA e os
direitos do
cidadão**

Vantagens percebidas

- Ganho de tempo para os órgãos de execução - 24/7;
- Redução de custos;
- Resolutividade - aproximação com a população
- Melhoria da imagem do MPMA;



MPMA
CAO - Júri

Propostas

jurIA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondiA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida



MPMA
CAO - Júri

Propostas

jurIA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondIA

**Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida**

O que é?

- Com base na análise de dados históricos de processos e casos de crimes contra a vida que foram julgados pelo Tribunal do Júri, a IA poderia auxiliar na identificação de padrões e na previsão de possíveis desfechos, auxiliando na elaboração das estratégias a serem adotadas pelos membros;



MPMA
CAO - Júri

Propostas

jurIA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondIA

**Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida**

Base de dados

A ser criada...



MPMA
CAO - Júri

Propostas

jurIA

Assistente
Virtual Jurídica
do CAOJÚRI

Chatbot

O MPMA e os
direitos do
cidadão

CondiA

Modelo de
análise preditiva
de processos de
crimes contra a
vida



MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão



**Rua Oswaldo Cruz, 1396,
Centro, São Luís - MA,
65020-910**



(98) 3219-1980 - ramal 75 - CAOJÚRI



caopjuri@mpma.mp.br

OBRIGADO!